

A LEGISLAÇÃO ATUAL E O CRESCIMENTO EMERGENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL COMO SUBSÍDIO AO ENSINO PÚBLICO: a perspectiva a partir de do FIES e o PROUNI

Aldemir Soares Cavalcante
Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso-Bahia, Brasil
Aldemirsoarescavalcante1@gmail.com

RESUMO

O Artigo busca traçar um panorama que proporcione uma reflexão acerca das políticas pública e da expansão do acesso ao ensino superior que favoreceram o crescimento emergente das instituições privadas de ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, tendo como parâmetro a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a lei 9394/96. Sua metodologia tem por base um levantamento bibliográfico de cunho qualitativo ao analisar livros e a legislação, e quantitativo, quando se investigou dados estatísticos de pesquisas oficiais que resultaram na organização ao qual o trabalho acadêmico se estrutura. A primeira redação elucida o contexto histórico da educação superior no Brasil em pontos que tiveram uma notável relevância diante dos estudos realizados, a intenção nesse tópico é expor que após o avanço do ensino superior foi necessário, devido tendências houve a procura por cursos superiores, o que exigiu a criação de políticas que abraçassem os anseios da nova sociedade que se formava. Em seguida, representa o reflexo dessa transformação em relação a procura do ensino superior que resultou no crescimento de instituições privadas e abarca a importância que o ensino superior representa para o progresso de um país e os impactos benéficos causados nas últimas duas décadas. Os objetivos ficam perceptíveis quando se busca observar a evolução do ensino superior e os caminhos percorridos frente aos desafios do século XXI, bem como compreender todo o processo de transformação que colaborou com o atual contexto educacional da contemporaneidade.

Palavras chave: Expansão, Ensino Superior, Políticas Públicas, Legislação, Instituições Privadas.

ABSTRACT

The paper aims to present a perspective about the public policies and the expansion of access to higher education that favors the emerging increasing of private higher education institutions in Brazil in the past two decades, using as parameter the Federal Constitution of Brazil from 1988 and the law 9394/96. Its methodology is based on a bibliographical research characterized as qualitative

for analyzing books and the legislation, and quantitative for investigating statistic data of official researches that resulted in this article's organizational structure. The first part elucidates the historical context of higher education in Brazil through points that had a noticeable relevance before the conducted studies. This topic aims to expose the fact that, with the increasing advance of demand for higher education, it was necessary the creation of policies that could attend the necessities of this new society. Then, it is presented the reflex of this transformation in what concerns the searching for higher education, which resulted in the increasing of private institutions, comprehending the importance of this educational formation in a country's progress and the impacts caused in the past two decades. The objectives are noticeable when we aim to observe the evolution of higher education and the paths that have been traveled in face of the challenges of the XXI century, also understanding how all of this process of transformation collaborated with the current educational context.

Keywords: Expansion, Higher Education, Public Policies, Legislation, Private Institutions.

1 INTRODUÇÃO

É um tanto desafiador discorrer sobre um tema amplo como é o caso das políticas públicas educacionais referentes ao ensino superior. O desafio está elencado em três perspectivas: o embate histórico entre o ensino público e privado; a qualidade de ensino e a forma de investimento em ambos os setores, público ou privado. No entanto se faz necessário entender não só sua trajetória, na qual se remete ao Brasil Colônia, mas também observar todo o contexto histórico das ideologias e transições percorridas, até os dias atuais. Após a revisão bibliográfica e de levantamento de dados estatísticos, nas análises de literatura percebeu-se que com a expansão das políticas públicas para acesso ao nível superior as instituições públicas não conseguiam comportar a geração de perfil universitário, pois levaria tempo para que o governo investisse na construção de novos prédios e capacitação dos profissionais, numa visão um tanto burocrática, que não estava em sintonia com a tendência neoliberal, no cenário capitalista do mundo globalizado.

O avanço do Ensino Superior no Brasil, que abrange diversas perspectivas, tomou ênfase a partir da constituição de 1988, por meio de movimentos que já aconteciam desde a época do Brasil império, ou seja, que a educação fosse vista como essencial ao progresso da nação, ganhando impulso pela Lei de Diretrizes e Bases, de número 9394/96, e posteriormente aprimorada pelas

medidas de governo, ao qual merece destaque o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001 no governo de Fernando Henrique Cardoso e pelos avanços tecnológicos que contribuem para a expansão do conhecimento, exigindo assim a esse cenário reflexos por meio de políticas públicas e programas que promovessem o acesso ao ensino superior, tendo sua continuidade, tanto com inovação, quanto na ampliação, no governo posterior, pelo presidente Lula, no qual se destaca o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) de 2004, O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) de 1999 e são vistos como o programa de democratização para o acesso.

2 UM RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: Perspectivas acerca da Legislação vigente que proporcionaram a expansão e acesso ao ensino por meio de Políticas Públicas que favoreceram o crescimento emergente de instituições privadas

O ensino superior no Brasil vinha percorrendo um caminho a curtos passos, visto que olhando para a história da educação superior no Brasil observa-se que somente após três séculos de descobrimento e civilização, ainda sendo colônia de Portugal e devido a um contratempo que impediu que estrangeiros cursassem na Europa, é que é fundada a primeira faculdade no Brasil, contemplando assim somente a elite.

No ano da transmigração da Família Real para o Brasil foi criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, foi instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (FÁVERO, 2006. p. 20)

Durante muito tempo a modalidade de ensino não era vista como produtora de transformação social e econômica que se dava por meio do conhecimento, mas meramente enaltecido pelo certificado que se expedia ao fim do curso, como aponta Souza (2001), onde, movido pelo mercado capitalista que exigia mão de obra qualificada dando início a um avanço tanto na quantidade de faculdades quanto no número de matriculados. Essa realidade aos poucos foi mudando, segundo a literatura “até meados do ano de 1920, com a fundação da primeira universidade no estado do Rio de Janeiro, abriram-se as portas para a fundação das universidades em Minas Gerais (1927), São Paulo (1934).” (SAVIANI, 2010), estendendo sua repercussão até a década de 1970, quando após a ditadura militar, surge a luta da reforma universitária.

De acordo com a planilha de Evolução da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), é possível acompanhar que nas décadas de 1980 à 1998, ou seja,

antes da CF/88 e da LDB/96 e com a atual legislação o ensino privado já se fazia presente na educação superior e em alguns casos aliados ao ensino público, garantindo espaço e destaque.

Tabela 1: Evolução do número de Instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil 1980-1998

Ano	Total Geral	Universidades				Fac. Integradas e Centros Universitários				Estabelecimentos Isolados					
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	882	65	34	9	2	20	20	1	-	19	797	22	43	89	643
1981	876	65	34	9	2	20	49	1	1	47	762	18	68	126	550
1982	873	67	35	10	2	20	51	-	2	49	755	18	70	122	545
1983	861	67	35	10	2	20	57	-	1	56	737	18	69	111	539
1984	847	67	35	10	2	20	59	-	1	58	721	18	64	108	531
1985	859	68	35	11	2	20	59	-	1	58	732	18	64	102	548
1986	855	76	35	11	3	27	65	-	2	63	714	18	79	115	502
1987	853	82	35	14	4	29	66	-	-	66	705	19	69	99	518
1988	871	83	35	15	2	31	67	-	1	66	721	19	72	89	541
1989	902	93	35	16	3	39	64	-	-	64	745	19	68	79	579
1990	918	95	36	16	3	40	74	-	-	74	749	19	67	81	582
1991	893	99	37	19	3	40	85	-	3	82	709	19	63	78	549
1992	893	106	37	19	4	46	84	-	3	81	703	20	63	81	539
1993	873	114	37	20	4	53	88	-	3	85	671	20	57	80	514
1994	851	127	39	25	4	59	87	-	3	84	637	18	48	81	490
1995	894	135	39	27	6	63	111	5	5	101	648	18	44	66	520
1996	922	136	39	27	6	64	143	4	7	132	643	18	43	67	515
1997	900	150	39	30	8	73	91	-	1	90	659	17	44	72	526
1998	973	153	39	30	8	76	93	-	-	93	727	18	44	70	595

Fonte: Mec/Inep/Seec/Tabela Extraída Do Relatório Oficial Do Mec

Todo esse apanhado serviu para elucidar o contexto histórico da educação superior no Brasil em pontos que tiveram uma notável relevância diante dos estudos realizados, a intenção nesse tópico é expor que após o avanço do ensino superior foi necessário, devido a procura da nova geração que se instalava no Brasil, criar políticas que abraçasse os anseios da nova sociedade que se formava, seguindo as tendências neoliberais, postura do governo em ascensão diante a globalização. (SEVERINO, 2006)

É válido destacar, como ressalta Saviani (1998), que a última década do século XX foi a mola propulsora para os avanços educacionais da contemporaneidade. Isso se deu devido à positivamente de leis e principalmente após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 que traz em inúmeros artigos abordagens sobre a educação de forma implícita e explicitamente, aos quais se destacam o artigo 6º, como sendo um Direito Social, a seção I do capítulo III, com 10 artigos, entre eles o artigo 205 que apresenta a educação como sendo um direito de todos e dever do Estado, por isso a criação das políticas públicas, da família, pois essa tendo condições financeiras devem promover a educação e as que não têm ao menos incentivar; além do mais esse artigo está intimamente ligado à dignidade da pessoa humana, o artigo 207 que elenca o

trípé ao qual o ensino superior está fundado, ou seja, no ensino, na pesquisa e na extensão, O artigo 208 que apresenta as garantias ao cidadão, o artigo 214 que autoriza a criação do Plano Nacional de Educação, entre outros. Outro fato de extremo destaque é o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases da educação de 1996 (LDB) que impulsionaram a elaboração do Plano Nacional de Educação em 2001 (PNE), diante aos acordos internacionais que vinham acontecendo desde 1998 com a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior realizada em Paris. Esse conjunto de medidas contribuiu para a criação das políticas públicas educacionais que existem no Brasil.

Acompanha-se nos dispositivos da LDB que houve uma divisão significativa quando se reservou o capítulo IV com 13 artigos para tratar da educação superior. No artigo 43, que trata da finalidade da educação superior, inicia o capítulo discernindo os ideais que fizeram com que as políticas públicas de hoje ganhassem tal proporção, observa-se no inciso II que “II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.” (BRASIL, 1996). Por isso, a União percebendo que não teria condições de abarcar em seus estabelecimentos de ensino, autoriza no artigo 45 em conformidade com o artigo 209 da CF, onde é a livre iniciativa às instituições privadas é assegurada, sendo estas subsidiárias também nas demais categorias do ensino superior, mestrado ou doutorado, inclusive como ressalta o artigo 213 em seu parágrafo 2º que as instituições poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Recorrendo a Constituição Federal, encontra-se explicitamente no Capítulo II, artigo 6º que a educação faz parte do rol de direitos sociais do cidadão, assim apresenta Moura (2014, p. 1-2) que:

Dentre os direitos fundamentais, que o Estado tem o dever de garantir, destaca-se o direito a educação, o Estado tem o dever de garantir ao indivíduo o acesso ao direito à educação, em todos os seus níveis, inclusive no ensino superior, permitindo assim uma maior qualificação e conseqüentemente uma inserção no mercado de trabalho. [...] O Direito a educação constitui-se em um dos componentes do princípio maior do Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana, visto que a efetivação de tal princípio garante a pessoa o direito a uma vida digna que só é possível diante de condições mínimas de subsistência, ou seja, através da efetivação de direitos fundamentais como o direito à vida, a saúde, a educação, dentre outros imprescindíveis. Como mencionado, o princípio da dignidade da pessoa humana consiste em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e está previsto no artigo 1º do texto constitucional [...].

Percebe-se que mesmo implicitamente é possível interpretar o papel da educação sendo essencial ao indivíduo que almeja uma sociedade livre, justa e solidária, como expõe o inciso I do artigo 3º da Constituição Federal.

Logo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, oriunda de discussão desde 1961, que regulamenta os dispositivos constitucionais e organiza a nova educação que surgia. Reforça assim o enunciado do artigo 205 do texto constitucional, ao elencar que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Exposto os dispositivos da Constituição Federal, bem como a lei infraconstitucional número 9493/96 (LDB), aparece assim como parâmetro para ação do governo o Plano Nacional de Educação, lei de número 10.172/2001 que dentro das suas propostas, está à intenção de em 10 anos aumentarem em 30% a quantidade alunos matriculados em universidades ou faculdades na faixa etária de 18 a 24 anos, isso no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo alterado assim o Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007, no governo Lula, para alcançar novas metas.

Com os acordos internacionais, parcerias e objetivos de mudança, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi quem deu o ponta pé inicial nesses movimentos de expansão de acesso ao ensino superior o que futuramente resultaria nos programas de investimento da educação superior, ampliado pelo governo do presidente Lula e conseqüentemente no atual governo Dilma.

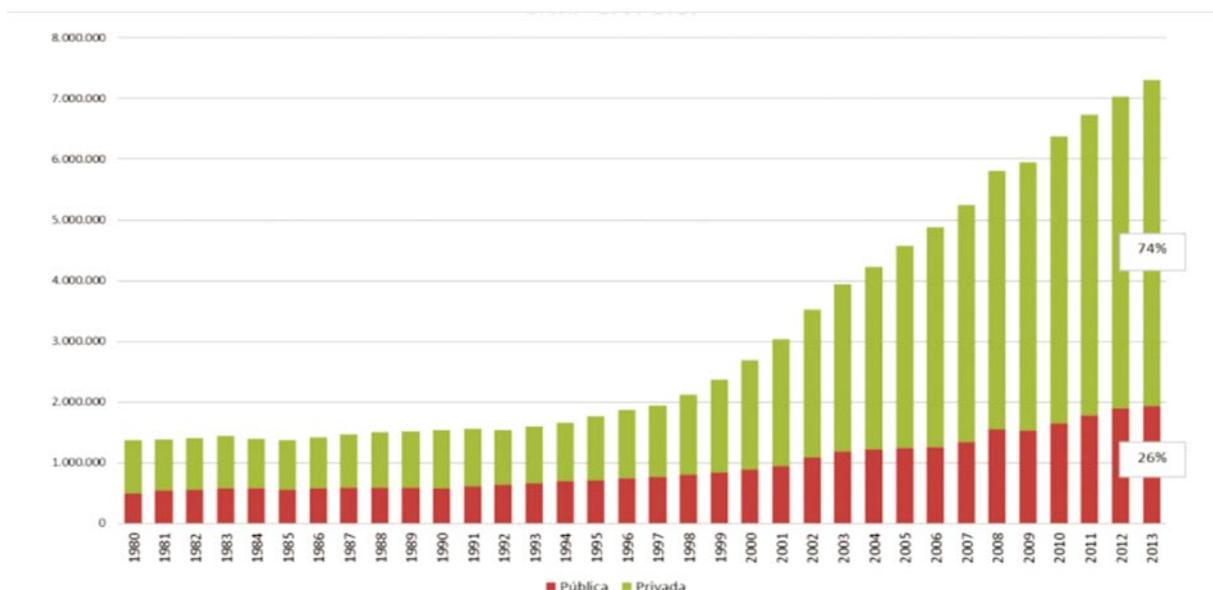
De acordo com Colleoni (2010), esse ideário político ocorreu num cenário de plena corrente neoliberal do mercado capitalista rumo a globalização, esse processo fez com que todos os direitos expressos na Constituição Federal fossem validados e autorizasse parcerias e envolvimento em acordos e tratados que pudessem tratar a educação, principalmente a superior como essência da transformação do país, numa época em que a exigia medidas frente a procura de vagas nas universidades ou faculdades. Porém, os cofres públicos estavam sucateados para construir novas universidades para rede pública, que não se limita apenas na construção dos prédios, mas também toda estrutura e suporte que a instituição oferece, abrindo uma ressalva que levando em conta o processo de burocracia para tal investimento até a conclusão é que surge o aumento emergente das instituições privadas.

[...] elas fazem parte de todo um processo de readequações relacionadas ao modo de produção capitalista e a mudança cultural advinda da consolidação da ideologia neoliberal, representada pela figura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim, considera-se importante compreender as transformações ocorridas no capitalismo que a partir de 1990, resultaram em Reformas Estatais, no caso do Brasil e passaram a exigir mudanças na educação, em especial na modalidade do Ensino Superior. (COLLEONI, 2010. pág. 3)

Assim, com as exigências e notabilidade de que um país só se desenvolve quando a maioria de sua população tem capacidades intelectuais que contribua para a vida social, econômica e cultural, surgem assim as políticas públicas, ganhando impulso pela Lei de Diretrizes e Bases, de número 9394/96 e posteriormente aprimorada por medidas de governo, ao qual merece destaque o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001 no governo de Fernando Henrique Cardoso e pelos avanços tecnológicos que contribuem para a expansão do conhecimento, exigindo assim a esse cenário reflexos por meio de programas que promovessem a democratização e o acesso ao ensino superior, para as classes menos privilegiadas.

O Gráfico a seguir apresenta a evolução de matrículas antes e depois das políticas públicas expandirem, com ênfase de procura e acesso na IES privada.

Gráfico 1: Evolução Do Número De Matrículas



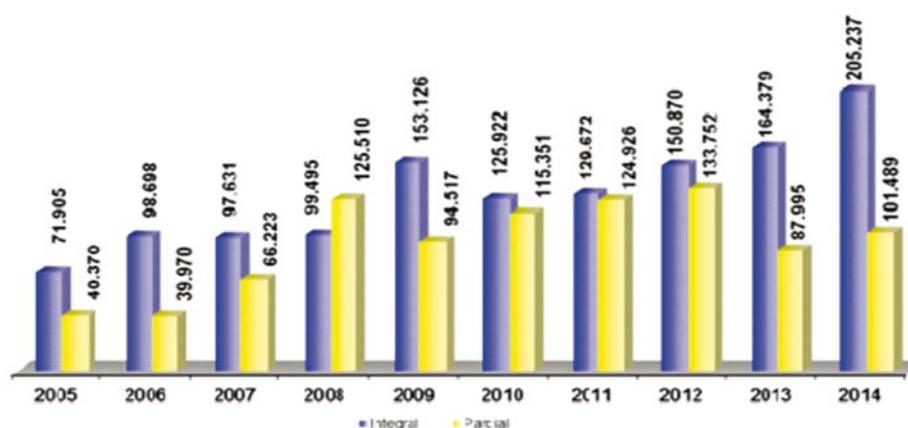
Fonte: Mec/Inep/Deep/ Gráfico Extraído Do Relatório Oficial Do Mec

Fica perceptível um avanço na Educação Superior nas últimas décadas, principalmente a partir de 1990 e com ênfase em 2004, foram criadas muitas universidades públicas federais e estaduais, faculdades privadas, institutos tecnológicos federais e estaduais, bem como uma redução do número de analfabetos e da universalização da educação básica, vêm apresentando um novo aspecto que caracteriza novos rumos de desenvolvimento econômico e cultural na sociedade.

2.1 As principais políticas públicas e sua relação com o crescimento emergente das instituições privadas

Várias iniciativas têm chamado a atenção do governo, não é intenção deste trabalho explorar cada uma dessas políticas, porém se faz necessário ao menos apresentar características que servirão de base introdutória para a discussão acerca do aumento de instituições privadas. Sendo assim, merecem destaque: O Programa Universidade para Todos (PROUNI), que foi criado como medida provisória, regulamentado por decreto e posteriormente instituído pela lei número 11.096/05. É um programa que visa inserir em faculdades privadas egressos do ensino médio que ainda não tenham nível superior e comprovem renda per capita de até 1,5 salário, sendo concedida bolsas que variam desde o valor total (100%) da mensalidade até valores parciais (50%) aos candidatos com até 3 salários e isenta de vários tributos as instituições que aderirem ao programa. De 2005 até 2014, beneficiou 2.227.038 bolsas de estudos em caráter integral e parcial. Foram concedidas exatamente 1.296.935 bolsas integrais e 930.103 bolsas parciais. O gráfico a seguir apresenta que houve um acréscimo nos anos significativo em 2009 e 2014.

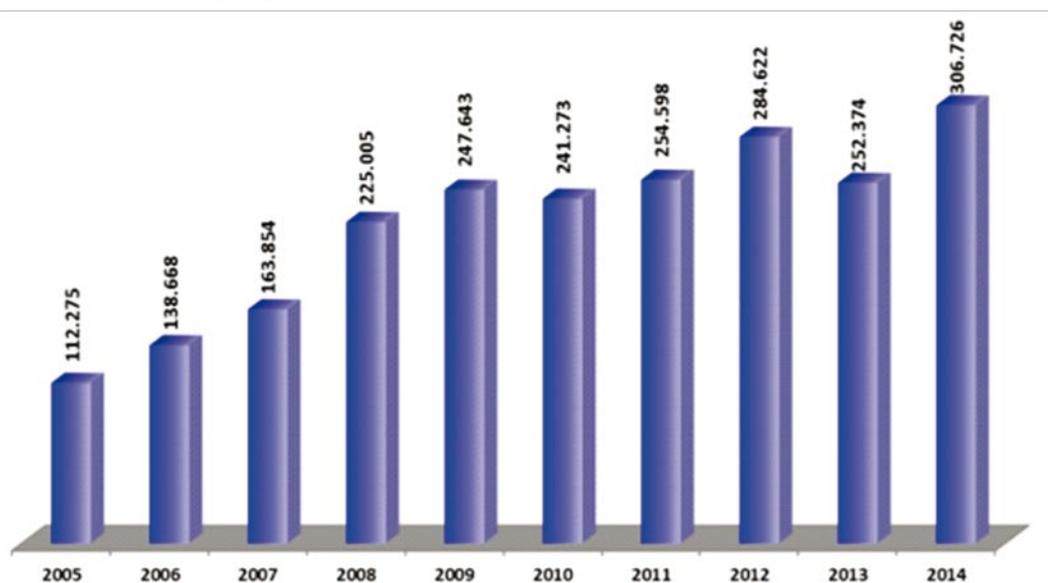
Gráfico 2: Bolsas Ofertadas Por Ano 2005-2014



Fonte: Sisprouni 2015 / Gráfico Extraído Do Relatório Oficial

Ao analisar o gráfico 2 se extrai a informação que durante o ano de 2009 e 2014 houve maiores índices de concessão de bolsa integral. Entre os anos que vai de 2008 a 2012 as bolsas parciais se mantiveram instáveis, com uma pequena queda no ano de 2009, já que teve um número maior de oferta para as bolsas integrais.

Gráfico 3: Total De Bolsas Ofertadas Por Ano



Fonte: Sisprouni 2015 / Gráfico Extraído Do Relatório Oficial

Acompanha-se também no gráfico 3 que 2009, 2012 e 2014, juntos lideram quase 1 milhão de bolsas concedidas no triênio, estes níveis elevam o pensamento que quanto mais pessoas entram na universidade, mais se capacitam e contribuem para a sociedade.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi criado por medida provisória nº 1827 em 1999 e regulamentada posteriormente pela lei nº 10.260 de 2001, vem como propósito financiar as mensalidades do curso superior tanto total quanto parcial de alunos que se enquadre no perfil do programa. Tem passado por diversas mudanças nos últimos anos, na qual em 2010 foi alterado pela lei nº 12.212.

Acompanha-se na tabela a seguir a evolução do FIES, segundo os relatórios das auditorias do MEC, também se observa os valores dos investimentos e a quantidade de instituições que se credenciavam ao decorrer dos anos.

Tabela 2: Processo De Contas Anuais – 2000 A 2006

ANO	QTD. BENEFICIADOS	REPASSES/ INVESTIMENTO - R\$	Nº INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS
2000	102.501	415.021.732	605
2001	151.225	431.761.284,84	704
2002	219.204	1.482.366.493,00	919
2003	276.263	2.136.422.064,13	1.029
2004	318.679	2.781.923.067,78	1.105
2005	396.108	3.355.433.159,30	1.198
2006	396.647	4.035.290.735,93	1.265

Fonte: Mec / Tabela Elaborada Segundo Os Dados

A intenção do governo era reduzir a taxa de desigualdade, pois acreditava que por meio do acesso a todos os níveis de educação seria capaz reduzir a pobreza e a marginalização. Muito bem cai a ressalva escrita no livro de Dermeval Saviani que diz:

[...]O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Para superar a situação de opressão, própria do “Antigo Regime”, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados. Como realizar essa tarefa? Através do ensino. (SAVIANI, 2003. p 5-6).

Ainda sobre o referido tema o autor discorre que

A educação, enquanto fator de equalização social será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. Portanto, a educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (SAVIANI, 2003.p. 9)

Assim, subtende-se que outras medidas que trataram da educação ao equalizar os níveis fundamentais e médios visando menos deficiência ou que facilitassem o acesso ao ensino superior foram necessárias, pois não trata somente de uma transformação econômica, está incluída aí também a segurança, a saúde. Uma sociedade que tem como cidadãos seres autônomo e de formação intelectual construída, tem uma redução quanto aos níveis de violência ou consequentemente marginalização.

Uma dessas medidas como exemplo pode ser citado as Olimpíadas escolares, onde por meio de provas de determinadas disciplinas é possível analisar o nível tanto do aluno, quanto de ensino das redes públicas, ou então o Exame Nacional do Ensino Médio, que substituiu em quase todas as universidades o antigo vestibular, porta de entrada para o ensino superior. Percebe-se o rol de medidas que visam a equalização da educação, essas medidas, tem duas visões, que podem ser positivas ou negativas, filtra os egressos ao ensino superior, selecionando-os e estabelecendo critérios de participação do governo ou incentiva o envolvimento e dedicação do egresso do ensino médio aos outros níveis.

Ressalta-se também que a educação é o conjunto de todos os ciclos que inicia no jardim de infância e se prolonga às pós-graduações Lato e Stricto sensu.

3 METODOLOGIA

O mecanismo assim utilizado de pesquisa para levantamento de dados e informações foi através dos sistemas de pesquisa disponibilizados na internet pelos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outras plataformas do governo federal e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Ao utilizar essa metodologia de unir dados estatísticos oficiais com a literatura de estudiosos da área, tem também como objetivos investigar a importância desse avanço para gerações futuras, o impacto social, cultural e econômico que a modalidade de ensino representa para a nação brasileira e como o mercado de trabalho abraça os novos profissionais capacitados. A problemática que se busca entender e discutir após algumas laudas é a descoberta mediante os dados estatísticos de qual qualidade de ensino é mais condizente com os anseios dos acadêmicos, se a pública ou a privada, pois se analisou que alguns programas, como o FIES ou PROUNI, beneficiam a rede privada.

As pesquisas e literatura obedeceu a um calendário de 4 meses, começando em novembro de 2015 até março de 2016. Onde preliminarmente foi consultado alguns professores da área a respeito de um tema que estivesse condizente com a atualidade, que pudesse gerar outras discussões e pesquisa, que fosse amplo e que contribuísse com a vida acadêmica numa linguagem clara e acessível. O segundo passo, foi a seleção e levantamento bibliográfico, sendo frequentada a biblioteca da Universidade Estadual da Bahia, campus VIII Paulo Afonso- Bahia, biblioteca da Faculdade Sete de Setembro em Paulo Afonso-Bahia e a biblioteca da Universidade Federal de Alagoas, campus sertão em Delmiro Gouveia-Alagoas.

Feito o levantamento bibliográfico iniciou-se os fichamentos e construção do projeto que pudesse oferecer os objetivos para delimitar o tema na construção de tópicos que levasse a uma problemática e posteriormente os resultados pretendidos.

Após o fichamento e com os tópicos elencados, deu início as pesquisas em sites oficiais de levantamento estatístico, nesse momento a preocupação esteve em torno da didática e apresentação atrativa do trabalho acadêmico.

A digitação do artigo iniciou em abril de 2016 e foi enviado na mesmo mês como submissão para aprovação do título do curso de pós-graduação Lato Sensu da UNNINTER em Metodologia do Ensino Superior, seguindo o eixo norteador acerca de política e gestão no ensino superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, fica perceptível um avanço na Educação Superior nas últimas duas décadas, principalmente a partir de 1990 e com ênfase em 2004, muitas universidades públicas federais e estaduais, faculdades privadas, institutos tecnológicos federais e estaduais, bem como uma redução do número de analfabetos e da universalização da educação básica, vem apresentando um novo aspecto que caracteriza novos rumos de desenvolvimento econômico e cultural na sociedade. Mostra-se como resultado então que na medida em que se expandia o acesso ao ensino superior e comportava em instituições privadas, aumentava mediante as políticas públicas o número de ofertas, de criação e ampliação de programas que favorecessem aos cidadãos uma educação em sua totalidade mesmo que a rede privada tivesse um crescimento emergente.

A Educação assume uma função tripartite em sociedade, ela é capaz de unir questões sócias que entrelaçadas combate questões econômicas e culturais, ou seja, a educação em si, na sua proporção exige transformações constantes. A questão de expor as políticas públicas faz com que a sociedade exigiu que o governo tomasse medidas que fosse de encontro e respeito com o que é assegurado na legislação.

Fica claro também que as Instituições Privadas de Ensino Superior conquistaram um espaço significativo porque se dispôs a colaborar com o Estado nas medidas que se pretendia alcançar, esse retorno ou investimento foi resposta de toda dedicação e ampliação concedida.

Dentre as políticas públicas se destacou nesse trabalho O FIES e o PROUNI, pois esses programas fizeram com que as instituições privadas fossem beneficiadas e contemplou os dispositivos da legislação do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

_____, Lei nº. 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

_____, Lei nº. 12.202 de 14 de janeiro de 2010.

_____, Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001

_____, Ministério da Educação. Representações gráficas, bolsas ofertadas por ano, 2005 a 2014. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2016.

_____. Ministério da Educação. Processo de Contas Anuais - FIES. Brasília, MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/auditorias?id=14949>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento da educação**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pde/index.php>>. Acesso: 20 mar. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

COLLEONI, Cristini. A Ampliação do Acesso ao Ensino Superior no Contexto do Prouni e do Reuni – Primeiras Aproximações. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Cascavel, 2010. Disponível em: <<http://cacphp.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/57.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2016.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP).

Resumo técnico do censo da educação superior de 2007, Inep/
MEC, Brasília, 2016.

_____. – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo de educação superior**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_01.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. INEP. Censo da Educação Superior 2011: Dados Preliminares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18153Os>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. MEC/INEP. Evolução da Educação Superior – Graduação - 1980-2007. Brasília: MEC/INEP. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MOURA, Daiane Malheiros. Políticas Públicas Educacionais Prouni E FIES: democratização do acesso ao ensino superior. In: XI SEMANA INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA. Rondonópolis, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11804/1647>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. (2010). A expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SEVERINO, Antonio J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.